



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90051/2026

CONTRATANTE (153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)
DIRETORIA DE COMPRAS - DCOM/UFG

OBJETO

Registro de preço para Contratação de avaliação quantitativa/medição de agentes químicos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 916.651,26 (novecentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço **por** grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO

Até às 17:00h do dia 15/06/2026 para o e-mail: pregao.dcom@ufg.br

INFORMAÇÕES GERAIS DO CERTAME

Quantidade de itens do certame: 1 grupo

Pregoeiro Oficial: Saullus

Contato: (62) 99988-6032

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DO TERMO DE CONTRATO
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
13. DOS RECURSOS
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026

Processo Administrativo nº 23070.032777/2025-71

Torna-se público que a Universidade Federal de Goiás, por meio de sua Equipe de Pregoeiros e Apoio, sediada na Diretoria de Compras - DCOM/UFG - Campus II Samambaia, Goiânia - Go, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. **O objeto da presente licitação é Contratação de avaliação quantitativa/medição de agentes químicos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**
- 1.2. **A licitação será realizada em grupo único, formados por 46 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**

2. REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do
- 3.2. Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.8.11. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*
 - 3.8.12. *pessoas físicas.*
- 3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria,

conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou

3.16. funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no TR.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. **Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.**
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50 (cinquenta centavos).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1. empresas brasileiras;
- 7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.3. empresas **que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.**
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante,

se houver, por força do art. 12 da citada lei.

- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. conter vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.13. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:
- 9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - 9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
 - 9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) **encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;**
 - b) **disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou**
 - c) **outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.**
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que

mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ufg.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.phpacao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_exte

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6. fraudar a licitação;
 - 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#)
 - 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregao.dcom@ufg.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.dcom.ufg.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.4. ANEXO IV – Modelo de proposta de preços (uso obrigatório);
- 16.11.5. ANEXO V - Orientações sobre o cadastro de usuário extremo - Sistema SEI/UFG.

Goiânia, na data da assinatura digital.

Jaqueline Sousa
Assistente em Administração

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida De Sousa**, **Assistente em Administração**, em 27/05/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6226718** e o código CRC **495CEC4B**.

Referência: Processo nº 23070.032777/2025-71

SEI nº 6226718

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 59/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG
59/2026

Editado por
153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA

Atualizado em
27/05/2026 11:14 (v 0.8)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado

Número da Contratação

Processo Administrativo
23070.032777/2025-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de avaliação quantitativa/medição de agentes químicos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| GRUPO 1 | | | | | | |
|---------|--|--------|-------------------|------------|----------------|----------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A1 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁCIDO CLORÍDRICO - 345 SERVIDORES, SENDO 4 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 1380 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 1380 | R\$ 160,16 | R\$ 221.020,80 |
| 2 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|-----|------------------|----|------------|---------------|
| | AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A10 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACETALDEÍDO - 51 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 51 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 51 | R\$ 240,24 | R\$ 12.252,24 |
| 3 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A11 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CLORETO DE METILENO - 48 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 48 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 48 | R\$ 160,16 | R\$ 7.687,68 |
| 4 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A12 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE DIÓXIDO DE NITROGÊNIO - 36 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 36 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 36 | R\$ 349,44 | R\$ 12.579,84 |
| | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|-----|------------------|----|------------|--------------|
| 5 | DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A13 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE TETRAHIDROFURANO - 35 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 35 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 35 | R\$ 109,20 | R\$ 3.822,00 |
| 6 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A14 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE TETRACLORETO DE CARBONO - 34 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 34 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 34 | R\$ 109,20 | R\$ 3.712,80 |
| 7 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A15 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACRILONITRILA - 33 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 33 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 33 | R\$ 160,16 | R\$ 5.285,28 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|----|------------|--------------|
| 8 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A16 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁCIDO CRÔMICO (NÉVOAS) - 32 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 32 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 32 | R\$ 160,16 | R\$ 5.125,12 |
| 9 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A17 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE DIÓXIDO DE ENXOFRE - 11 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 11 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 11 | R\$ 240,24 | R\$ 2.642,64 |
| 10 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A18 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE BROMO - 10 SERVIDORES, SENDO 1-2 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 20 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 20 | R\$ 160,16 | R\$ 3.203,20 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| 11 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A19 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CLORO - 6 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 6 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 6 | R\$ 160,16 | R\$ 960,96 |
| 12 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A2 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL METÍLICO - 246 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 246 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 246 | R\$ 109,20 | R\$ 26.863,20 |
| 13 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A20 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE N-BUTILAMINA - 5 SERVIDORES, SENDO 4 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 20 AMOSTRAS. | 876 | ALMOÇO /JANTAR | 20 | R\$ 109,20 | R\$ 2.184,00 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|---|------------|--------------|
| 14 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A21 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE TRIETILAMINA - 5 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 5 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 5 | R\$ 240,24 | R\$ 1.201,20 |
| 15 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A22 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE TRICLOROETILENO - 4 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 4 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 4 | R\$ 109,20 | R\$ 436,80 |
| 16 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A23 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACRILATO DE METILA - 2 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 2 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 2 | R\$ 109,20 | R\$ 218,40 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| 17 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A24 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL N-BUTÍLICO - 2 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 2 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 2 | R\$ 109,20 | R\$ 218,40 |
| 18 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A25 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÉTER ETÍLICO - 74 SERVIDORES, SENDO 4 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 296 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 296 | R\$ 109,20 | R\$ 32.323,20 |
| 19 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A26 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE XILENO - 69 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 69 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 69 | R\$ 109,20 | R\$ 7.534,80 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------------|----|------------|--------------|
| 20 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A27 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE TOLUENO - 42 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 42 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 42 | R\$ 109,20 | R\$ 4.586,40 |
| 21 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A28 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁCIDO FÓRMICO - 35 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 35 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 35 | R\$ 189,28 | R\$ 6.624,80 |
| 22 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A29 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AMÔNIA - 27 | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 27 | R\$ 138,32 | R\$ 3.734,64 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| | SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 27 AMOSTRAS. | | | | | |
| 23 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A3 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CLOROFÓRMIO - 228 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 228 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 228 | R\$ 109,20 | R\$ 24.897,60 |
| 24 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A30 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CICLOHEXANO - 14 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 14 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 14 | R\$ 109,20 | R\$ 1.528,80 |
| 25 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A31 - MEDIÇÕES | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 12 | R\$ 15,99 | R\$ 191,88 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|----|------------|--------------|
| | QUANTITATIVAS DE PIRIDINA - 12 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 12 AMOSTRAS. | | | | | |
| 26 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A32 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL N-PROPÍLICO - 12 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 12 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 12 | R\$ 109,20 | R\$ 1.310,40 |
| 27 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A33 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE METIL ETIL CETONA - 11 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 11 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 11 | R\$ 109,20 | R\$ 1.201,20 |
| 28 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 8 | R\$ 109,20 | R\$ 873,60 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|---|--------------|--------------|
| | PELA DASS/UFG. A34 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL ISOBUTÍLICO - 8 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 8 AMOSTRAS. | | | | | |
| 29 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A35 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ESTIRENO - 8 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 8 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 8 | R\$ 109,20 | R\$ 873,60 |
| 30 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A36 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE DIMETILAMINA - 4 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 4 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 4 | R\$ 123,76 | R\$ 495,04 |
| 31 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 4 | R\$ 1.084,20 | R\$ 4.336,80 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|-----|------------|----------------|
| | CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A37 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE PERCLOROETILENO - 4 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 4 AMOSTRAS. | | | | | |
| 32 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A38 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ETILBENZENO - 4 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 4 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 4 | R\$ 109,20 | R\$ 436,80 |
| 33 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A39 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CLOROBENZENO - 4 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 4 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 4 | R\$ 109,20 | R\$ 436,80 |
| 34 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 972 | R\$ 138,32 | R\$ 134.447,04 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| | PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A4 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE FORMALDEÍDO - 162 SERVIDORES, SENDO 6 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 972 AMOSTRAS. | | | | | |
| 35 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A40 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL ETÍLICO - 152 SERVIDORES, SENDO 4 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 608 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 608 | R\$ 109,20 | R\$ 66.393,60 |
| 36 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A41 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACETONA - 118 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 118 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 118 | R\$ 109,20 | R\$ 12.885,60 |
| 37 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 64 | R\$ 109,20 | R\$ 6.988,80 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| | POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A42 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACETATO DE ETILA - 64 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 64 AMOSTRAS. | | | | | |
| 38 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A43 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ÁLCOOL ISOAMÍLICO - 36 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 36 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 36 | R\$ 109,20 | R\$ 3.931,20 |
| 39 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A44 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE METACRILATO DE METILA - 11 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 11 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 11 | R\$ 109,20 | R\$ 1.201,20 |
| 40 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 144 | R\$ 109,20 | R\$ 15.724,80 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|------------------|-----|------------|---------------|
| | CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A5 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE FENOL - 144 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 144 AMOSTRAS. | | | | | |
| 41 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A6 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ACETONITRILA - 96 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 96 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 96 | R\$ 109,20 | R\$ 10.483,20 |
| 42 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A7 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE ANILINA - 78 SERVIDORES, SENDO 1 AMOSTRA POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 78 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 78 | R\$ 174,72 | R\$ 13.628,16 |
| 43 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 120 | R\$ 211,12 | R\$ 25.334,40 |

| | | | | | | |
|----|---|-----|------------------|-----|----------------|----------------|
| | EMIÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A8 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE CLORETO DE VINILA - 60 SERVIDORES, SENDO 2 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 120 AMOSTRAS. | | | | | |
| 44 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. A9 - MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE SULFATO DE DIMETILA - 60 SERVIDORES, SENDO 3 AMOSTRAS POR SERVIDOR, TOTALIZANDO 180 AMOSTRAS. | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 180 | R\$ 109,20 | R\$ 19.656,00 |
| 45 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, DE APOIO E OPERACIONAIS REFERENTES ÀS MEDIÇÕES | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 1 | R\$ 18.239,00 | R\$ 18.239,00 |
| 46 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES QUANTITATIVAS DE AGENTES QUÍMICOS EM AMBIENTES DE TRABALHO DA UFG, VISANDO SUBSIDIAR A EMISSÃO DE JUÍZO DE TOLERABILIDADE E A CONCESSÃO DOS ADICIONAIS OCUPACIONAIS PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEGGG/ME Nº 15 /2022. OS SERVIÇOS INCLUIRÃO COLETA, ANÁLISE LABORATORIAL E | 876 | UNIDADE /SERVIÇO | 1 | R\$ 186.937,34 | R\$ 186.937,34 |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|----------------------|----------------|
| EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS CONFORME A NR-15, COM EXECUÇÃO POR DEMANDA, DE FORMA PRESENCIAL, CONFORME CRONOGRAMA TÉCNICO DEFINIDO PELA DASS/UFG. SERVIÇOS RESPONSABILIDADE TÉCNICA REFERENTE ÀS MEDIÇÕES QUANTITATIVAS. | | | | | | |
| | | | | | VALOR TOTAL ESTIMADO | R\$ 916.651,26 |

OBSERVAÇÕES:

- Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá empregar todos os meios necessários para atender, no que couber, às diretrizes constantes no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e às normas de proteção ao meio ambiente vigente;

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Reunião prévia para alinhamento os métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os locais e horários de prestação dos serviços serão determinados após a reunião de alinhamento.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas de trabalho dos locais conforme determinação da equipe de SST da DASS /UFG.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Equipamento calibrado e com rastreabilidade pelo INMETRO (Bomba de amostragem, calibradores e amostradores);

5.4.2. Laboratório de análises químicas cadastradas nos órgãos competentes;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1. Acompanhar os agendamento e horários da realização dos serviços nos ambientes a serem avaliados.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará planilhas eletrônicas para acompanhamento da execução das etapas.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A medição dos serviços será feita mensalmente, por meio dos agentes químicos estipulados e quantidade de servidores avaliados manuseando estes agentes químicos, mediante a apresentação de Relatório de Análise Química, que será acompanhado pela equipe técnica da DASS/UFG.

7.4.2. O instrumento utilizado para fins de pagamento será a emissão do **Termo de Recebimento Parcial**, emitido pelo fiscal do contrato e encaminhado à PROAD após a verificação da conformidade dos serviços com as metas estabelecidas com periodicidade mensal.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.30. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de quitação da Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), sempre que aplicável, considerando que a Universidade Federal de Goiás é consumidora final – não contribuinte do ICMS.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.34. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/03/2026.*

7.38. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.39. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.40. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo (s).*

7.41. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.42. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.43. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.44. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10%** (dez por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: valor global estimado e custo unitário estimado por item.

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2. custos unitários relevantes: itens.

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

| | |
|------|---|
| LG = | $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ |
|------|---|

| | |
|------|--|
| SG = | $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ |
|------|--|

| | |
|------|---|
| LC = | $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ |
|------|---|

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.34.1. Será exigido registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico junto ao CREA, em estrito cumprimento à Lei Federal nº 7.410/1985 complementada pelo Decreto nº 92.530 de 1986.

9.34.2. E caso sendo o responsável técnico com cargo de Medicina do Trabalho apresentar o registro no Conselho Regional de Medicina do Estado e o Registro de Qualificação de Especialista em Medicina do Trabalho.

9.34.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. Atestado de comprovação de experiência do serviço a ser executado mínima de 3 anos, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. A licitante deverá comprovar a execução de serviços anteriores compatíveis com o objeto deste certame apresentando atestado que a empresa participante possui know-how e experiência na execução de coleta de contaminantes químicos no ar. Ainda no tocante à capacidade técnica, as exigências limitam-se à comprovação de aptidão em atividades de higiene ocupacional correlatas uso de bomba de amostragem e calibração de equipamentos, abstendo-se de critérios cumulativos ou quantitativos excessivos, garantindo a ampla competitividade do certame e a segurança jurídica dos laudos ambientais a serem emitidos.

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.38.1 Indicar o profissional legalmente habilitado (engenheiro com CREA ou médico do trabalho com CRM).

9.38.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.46.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.46.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 916.651,26 (novecentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura digital.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA ANDRADE DE SANTANA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 09:40:04.

FABIO RODRIGUES NEVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 19:54:33.

JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 10:15:31.

LIDIA MARIA DE MOURA NOGUEIRA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 11:14:09.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Estudo Técnico Preliminar 220/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23070.032777/2025-71

2. Descrição da necessidade

A contratação visa atender à necessidade institucional da UFG em avaliar a exposição de servidores a agentes químicos, com a finalidade de emitir juízo de tolerabilidade e subsidiar, se for o caso, a concessão dos adicionais ocupacionais, conforme disposto na Instrução Normativa SGP/SEGEGG/ME nº 15/2022.

A UFG não dispõe de recursos humanos, técnicos, laboratoriais nem de rastreabilidade para realizar medições diretas da exposição ocupacional a agentes químicos. Por isso, faz-se necessária a contratação de empresa especializada e habilitada, com capacidade para realizar coletas, análises e emissão de relatórios técnicos conclusivos.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---------------------|-----------------------|
| DASS/PROPESSOAS/UFG | Fábio Rodrigues Neves |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Gerais:

- Prestação de serviços técnicos especializados de medição de agentes químicos por demanda;
- Realização de pregão eletrônico (SRP);
- Execução do trabalho de forma presencial, conforme necessidade da unidade.

Requisitos Técnicos:

- Apresentação de atestados de capacidade técnica;
- Profissionais devidamente registrados nos respectivos conselhos (engenheiro de segurança, químico, etc.);
- Solução tecnológica para controle dos agendamentos, relatórios e atendimento da demanda.

5. Justificativa

A contratação é justificada pelos seguintes aspectos:

- Obrigatoriedade legal: A emissão do juízo de tolerabilidade deve ser baseada em medições técnicas, conforme determina a NR-15 e a IN nº 15/2022.
- Segurança jurídica: As avaliações fundamentadas em laudos técnicos dão respaldo à administração para pagamento ou indeferimento de adicionais ocupacionais.
- Inviabilidade de execução interna: A UFG não dispõe da tecnologia necessária nem de laboratórios especializados para a realização das análises requeridas.

—A Instrução Normativa SGP/SEGGG/ME nº 15, de 16 de março de 2022, determina que a caracterização e a justificativa para concessão de adicionais ocupacionais (riscos químicos e riscos físicos) dar-se-ão por meio de emissão do juízo de tolerabilidade, mensuradas nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e seus anexos, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

Diante dos resultados das análises poderemos atuar de modo consubstancial e rápido, evadindo conflitos na percepção do adicional, uma vez que estes estarão fundamentados e comprovados pela legislação específica e pela metodologia normatizada da legislação trabalhista e de segurança e medicina do trabalho e as normas da FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

As atividades que expõem os profissionais a agentes ambientais químicos — originados de fontes naturais ou artificiais — podem gerar concentrações acima dos limites de exposição estabelecidos em normas técnicas e legais. A medição permitirá identificar e quantificar a concentração desses agentes nos ambientes de trabalho. Com apresentação do resultado da análise entre dose-resposta, a equipe técnica de Saúde e Segurança no Trabalho SST/DASS/UFG, poderá de forma adequada gerenciar os riscos quanto ao controle, redução ou mesmo eliminação da exposição aos agentes e subsidiar as conclusões dos Laudos Técnicos, visando os Adicionais Ocupacionais.

6. Levantamento de Mercado

Foram realizadas consultas a empresas do setor com o objetivo de verificar a viabilidade da contratação e a existência de oferta no mercado. Identificou-se que há empresas capacitadas tecnicamente para a execução do objeto pretendido. A pesquisa de preços demonstrará a efetiva competitividade do mercado para a contratação

7. Descrição da solução como um todo

a contratação trata-se de aquisição/contratação de bens e/ou serviços comuns, o que justifica a realização do pregão enquanto modalidade licitatória

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa preliminar considera os seguintes quantitativos aproximados para os principais agentes químicos:

Exemplo: Ácido Clorídrico - 345 servidores potencialmente expostos; Álcool Metílico - 246; etc. (conforme anexo 1 - Quadro de agentes químicos por ordem a ser coletada).

ANEXO 1:

QUADROS DE AGENTES QUÍMICOS POR ORDEM A SER COLETADA

| Ordem | AGENTE QUÍMICO | VT | MPT | Servidores expostos |
|-------|---|--|-----|---------------------|
| 1º | Ácido clorídrico | + | + | 345 |
| 2º | Álcool metílico | | + | 246 |
| 3º | Clorofórmio | | + | 228 |
| 4º | Formaldeído | + | + | 162 |
| 5º | Fenol | | + | 144 |
| 6º | Acetonitrila | | + | 96 |
| 7º | Anilina | | + | 78 |
| 8º | Cloreto de vinila | | + | 60 |
| 9º | Sulfato de dimetila | | | 60 |
| 10º | Acetaldeído | | | 51 |
| 11º | Cloreto de metileno | | + | 48 |
| 12º | Dióxido de nitrogênio | + | + | 36 |
| 13º | Tetrahidrofurano | | + | 35 |
| 14º | Tetracloreto de carbono | | + | 34 |
| 15º | Acrilonitrila | | + | 33 |
| 16º | Ácido crômico (névoas) | | + | 32 |
| 17º | Dióxido de enxofre | | + | 11 |
| 18º | Bromo | | + | 10 |
| 19º | Cloro | | + | 6 |
| 20º | n-Butilamina | + | + | 5 |
| 21º | Trietilamina | | + | 5 |
| 22º | Tricloroetileno | | + | 4 |
| 23º | Acrilato de metila | | + | 2 |
| 24º | Álcool n-butílico | + | + | 2 |
| 25º | Sílica livre cristalizada poeira respirável | Resultado do laboratório (quantidade de quartzo) | | 16 |

| Ordem | AGENTE QUÍMICO | MPT | Servidores expostos |
|-------|-----------------------|-----|---------------------|
| 26 | Éter etílico | + | 74 |
| 27 | Xileno | + | 69 |
| 28 | Tolueno | + | 42 |
| 30 | Ácido fórmico | + | 35 |
| 31 | Amônia | + | 27 |
| 32 | Ciclohexano | + | 14 |
| 33 | Piridina | + | 12 |
| 34 | Álcool n-propílico | + | 12 |
| 35 | Metil etil cetona | + | 11 |
| 36 | Álcool isobutílico | + | 8 |
| 37 | Estireno | + | 8 |
| 38 | Dimetilamina | + | 4 |
| 39 | Percloroetileno | + | 4 |
| 40 | Etilbenzeno | + | 4 |
| 41 | Clorobenzeno | + | 4 |
| 42 | Álcool etílico | + | 152 |
| 43 | Acetona | + | 118 |
| 44 | Acetato de etila | + | 64 |
| 45 | Álcool isoamílico | + | 36 |
| 46 | Metacrilato de metila | + | 11 |

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.400.000,00

2.400.000,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não será adotado o parcelamento da solução. O objeto será licitado em lote único, considerando que os itens envolvidos apresentam necessidade de padronização, compatibilidade técnica e integração funcional. A contratação conjunta assegura a uniformidade dos resultados, evita prejuízos ao desempenho do conjunto e impede a perda de economia de escala que ocorreria caso o parcelamento fosse adotado.

No caso específico da medição de diferentes agentes químicos, as análises são tecnicamente integradas e interdependentes no planejamento da avaliação dos ambientes ocupacionais. A execução por uma única empresa garante maior eficiência operacional, continuidade dos trabalhos, gestão unificada do contrato e responsabilização técnica sobre o conjunto dos resultados.

Embora as análises sejam executadas de forma progressiva conforme cronograma técnico estabelecido pela equipe da DASS/UFG, essa divisão operacional não configura parcelamento do objeto. Trata-se apenas de etapas de execução previamente planejadas, vinculadas ao faturamento após a entrega dos respectivos relatórios técnicos e realização da auditoria interna.

Ademais, observa-se que a opção pelo lote único está alinhada às práticas de mercado para este tipo de contratação, permitindo a diluição dos custos de produção e resultando em menor custo da contratação. Assim, a decisão da Administração encontra-se tecnicamente fundamentada, garantindo economicidade, eficiência e o melhor aproveitamento do objeto contratado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da UFG e da DASS no que tange o gerenciamento e controle dos riscos ocupacionais. Para a realização dos serviços deverão incluir o planejamento da coleta (com orientação da equipe técnica da DASS/UFG)

13. Proposta de Solução

A contratação será realizada por meio de registro de preços, na modalidade pregão eletrônico, com pagamento por agente químico avaliado, conforme planejamento técnico progressivo da equipe da DASS/UFG, descrito nos quadros anexos.

Considerando a diversidade de agentes químicos previstos no levantamento inicial e a estimativa de servidores potencialmente expostos, a execução dos serviços será realizada em etapas sucessivas. Para cada etapa, será selecionado um ou mais agentes químicos específicos a serem mensurados, com base nas prioridades definidas pela equipe técnica.

A quantidade de servidores a serem avaliados em cada etapa é uma estimativa, podendo sofrer variações em razão de afastamentos legais, mudanças de lotação ou outras situações funcionais. Portanto, o pagamento será realizado após a entrega dos laudos técnicos com os resultados da exposição correspondentes a cada etapa, com base na quantidade efetivamente avaliada e validada em auditoria interna.

Esse modelo de execução e pagamento busca assegurar a eficiência do gasto público, a viabilidade orçamentária e a adequada rastreabilidade dos serviços prestados, sem prejuízo à continuidade das etapas subsequentes de medição.

A empresa deverá estar legalmente habilitada e possuir equipamentos, tecnologias e seguir metodologias adequadas além de laboratório próprio ou conveniado para realização das análises. Os serviços deverão incluir: planejamento da coleta (com orientação da equipe técnica da DASS/UFG), medição de agentes químicos conforme NR-15 e emissão de laudo técnico com os resultados da exposição.

14. Parcelamento da Execução

A execução dos serviços ocorrerá por etapas, conforme os agentes químicos priorizados nos quadros técnicos anexos. Cada etapa compreende o planejamento, a realização das medições, a entrega dos laudos correspondentes e a auditoria técnica pela equipe da DASS/UFG. O pagamento será realizado

após a conclusão e aprovação de cada etapa, com a devida comprovação dos serviços executados, antes do início da etapa seguinte.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Regularização dos adicionais ocupacionais;
- Segurança jurídica nas decisões administrativas;
- Redução de passivos trabalhistas;
- Ambiente mais seguro e saudável para os servidores.
- Possibilidade de trabalhar a prevenção dentro dos ambientes.

16. Providências a serem Adotadas

A DASS deverá juntamente com a prestadora de serviço realizar o planejamento das ações com a devida comunicação aos locais e servidores envolvidos.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impacto ambiental previsto. A empresa contratada acompanhará e fará o monitoramento da execução dos trabalhos habituais de técnicos de laboratórios e professores durante aulas práticas e pesquisas.

18. Metodologia

As amostragens, medições e interpretação dos resultados terão como base a metodologia recomendada pelos seguintes órgãos /instituições:

- a. Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho, através da Normas Regulamentadoras / Portaria nº 3.214, de 1978;
- b. Fundação Jorge Duprat Figueiredo - FUNDACENTRO, através das Normas de Higiene Ocupacional;
- c. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, através das normas aplicadas a Higiene e Segurança do Trabalho;
- d. *National Institute for Occupation Safety and Heath – NIOSH*, através dos seus métodos analíticos.

A metodologia de amostragem deve seguir o anexo 2 (Quadro de metodologia de amostragem com sugestão de planejamento)

ANEXO 2 :

QUADRO DE METODOLOGIA DE AMOSTRAGEM COM SUGESTÃO DE PLANEJAMENTO

| NOME AGENTE | Limite Exposição NR 15 Anexo II | | MÉTODO | VAZÃO | VOLUME (MÍNIMO) | TEMPO DE COLETA (MÍNIMO) | PLANEJAMENTO SUGERIDO | TIPO de AMOSTRADOR | NÚMERO DE SERVIDORES EXPOSTOS | PREÇO |
|---------------------|---------------------------------------|---------|----------------|------------|--------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|-------|
| | TETO | MP 8h | | | | | | | | |
| Ácido clorídrico | 4 ppm | - | NIOSH 7907 | 2 L/min | 30 L | 15 min | 4 amostras consecutivas de 15 min com intervalo de 20 min entre as amostras para cobrir a exposição na jornada | Cassete de poliéster de 37mm, de três seções, com filtro de fibra de vidro tratado com carbonato de sódio e suporte precedido por filtro de fibra de vidro. | 345 | |
| Álcool metílico | - | 156 ppm | NIOSH 2000 | 0,02 L/min | 4 L | 200 min | 1 amostra de 3 h | Tubo de sílica gel de 100/50 mg | 246 | |
| Cloroformio | - | 20 ppm | NIOSH 1003 | 0,05 L/min | 6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70mm 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 228 | |
| Formaldeído | 1,6 ppm | - | NIOSH 2016 | 1,5 L/min | 15 L | 10 min | 6 amostras consecutivas de 10 min com intervalo de 10 min entre as amostras para cobrir a exposição na jornada | Tubo de sílica gel de 300/150mg impregnada 2,4- dinitrophenylhydrazine | 162 | |
| Fenol | - | 4 ppm | NIOSH 2546 | 0,05 L/min | 12 L | 240 min | 1 amostra de 4h | Tubo de resina XAD-7 de 100/50 mg | 144 | |
| Acetonitrila | - | 30 ppm | NIOSH 1606 | 0,05 L/min | 6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado de 400/200 mg | 96 | |
| Anilina | - | 4 ppm | NIOSH 2002 | 0,05 L/min | 12 L | 240 min | 1 amostra de 4h | Tubo de sílica gel de 150/75 mg | 78 | |
| Cloreto de vinila | 156 ppm | - | NIOSH 1007 | 0,05 L/min | 3 L | 60 min | 2 amostras consecutivas de 1 h com intervalo de 20 min entre as amostras para cobrir a exposição na jornada | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 60 | |
| Sulfato de dimetila | 0,08 ppm | - | NIOSH 2524 | 0,2 L/min | 4 L | 20 min | 3 amostras consecutivas de 20 min com intervalo de 10 min entre as amostras para cobrir a exposição na jornada | Tubo de carvão de 100/50 mg de sorbente | 60 | |
| Acetaldeído | - | 78 ppm | NIOSH 2018 | 0,1 L/min | Volume Máximo 15 L | 150 min | 1 amostra de 2h30 min | Tubo de sílica gel de 300/150mg impregnada 2,4- dinitrophenylhydrazine | 51 | |
| Cloreto de metileno | - | 156 ppm | NIOSH | 0,02 L/min | 2,5 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Dois tubos de carvão ligados em série de | 48 | |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------|-------|---------|----------------------------|-------------|-----|---------|-----------------|---|----|--|
| | | ** | 1005 | | | | | 100/50 mg | | |
| Dióxido de nitrogênio | 4 ppm | - | OSHA ID 182 OSHA ID 190 | 0,025 L/min | 3 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo com 2 seções de peneira moleculares e catalizador intermediário (triethanolamine oxidizer/triethanolamine) | 36 | |
| Tetrahidrofurano | - | 156 ppm | NIOSH 1609 | 0,02 L/min | 4 L | 200 min | 1 amostra de 3h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 35 | |
| Tetracloreto de carbono | - | 8 ppm | NIOSH 1003 | 0,05 L/min | 6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 34 | |

| | | | | | | | | | | |
|----------------------|------|------------|--------------|-----------|-------|--------|---|---|----|--|
| Amidado | - | 16 µm | NOR 164 | 0,11 mm | 6 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Tubo de control estándar (normal), 600 mm, 2 seções de 3000 mg de substância | 3 | |
| Acido crômico (puro) | - | 0,04 mg/mL | NORSE | 11 mm | 130 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Filtro de membrana de PVC (5 µm) | 2 | |
| Divisão de acetato | - | 4 µm | NORSE 604 | 1,16 L mm | 130 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Corte de polietileno de 1 mm de esp. seções, com filtro de ester de celofano tratado com carbonato de sódio e filtro de ester de celofano com porosidade de 0,0 µm | 1 | |
| Bromo | - | 0,0 µm | OSHA ID-100 | 0,11 mm | 30 L | 60 mm | 2 muestras consecutivas de 1 a con intervalo de 30 min entre as muestras para rotar e reposição de jarras | Impermeável com 10 ml de solução de carbonato bicarbonato de sódio | 10 | |
| Cloro | - | 0,0 µm | OSHA ID-100 | 0,11 mm | 60 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Impermeável com 10 ml de solução de carbonato bicarbonato de sódio | 6 | |
| Polidimetila | 4 µm | - | NORSE 302 | 11 mm | 13 L | 13 mm | 4 muestras consecutivas de 1 a con intervalo de 30 min entre as muestras para rotar e reposição de jarras | Tubo de control de 3000 mg de substância | 5 | |
| Tribromina | - | 30 µm | OSHA ID-100 | 0,11 mm | 13 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Tubo de extracción de 400 mg impregnado con ácido bórico | 3 | |
| Tribromina | - | 10 µm | NORSE 103 | 0,11 mm | 14 L | 130 mm | 1 muestra de 2 | Tubo de control estándar (normal), 600 mm, 2 seções de 3000 mg de substância | 4 | |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|--------------|---------|-----|--------|----------------|--|---|--|
| Acabado de rebajo | . | 6 ppm | 10032 149 | 0,02 mm | 242 | 130 mm | 1 muestra de 3 | Tubo de control roturado con un peso de control de 70 mm. 2 golpes de 50 000 mg de martillo | ? | |
| Acabado de rebato | 4 ppm | . | 10032 140 | 0,02 mm | 242 | 130 mm | 1 muestra de 3 | Tubo de control roturado con un peso de control de 70 mm. 2 golpes de 50 000 mg de martillo | ? | |

| NOME AGENTE | Exposição NR 15 Anexo | MÉTODO | VAZÃO | VOLUME (MÍNIMO) | TEMPO DE COLETA (MÍNIMO) | PLANEJAMENTO SUGERIDO | TIPO de AMOSTRADOR | NÚMERO DE SERVIDORES EXPOSTOS | PREÇO |
|--------------------|--------------------------|---------------|------------|--------------------|--------------------------------|---|---|-------------------------------------|-------|
| | MP 8h | | | | | | | | |
| Éter etílico | 310 ppm | NIOSH 1610 | 0,2 L/min | 3 L | 15 min | 4 amostras consecutivas de 15 min com intervalo de 20 min entre as amostras para cobrir a exposição na jornada | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 74 | |
| Xileno | 78 ppm | NIOSH 1501 | 0,1 L/min | 12 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 69 | |
| Tolueno | 78 ppm | NIOSH 1501 | 0,03 L/min | 4 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 42 | |
| Ácido fórmico | 4 ppm | NIOSH 2011 | 0,2 L/min | 24 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de sílica gel de 400/200 mg, precedido de cassete de poliestireno de 37mm, com três seções, com pré- filtro de ptfte com porosidade de 5 µm | 35 | |
| Amônia | 20 ppm | NIOSH 6016 | 0,5 L/min | 60 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de sílica gel de 200/100mg impregnada com ácido sulfúrico | 27 | |
| Ciclohexano | 235 ppm | NIOSH 1500 | 0,02 L/min | 2,5 L | 125 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 14 | |
| Piridina | 4 ppm | NIOSH 1613 | 0,3 L/min | 36 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 12 | |
| Álcool n-propílico | 156 ppm | NIOSH 1401 | 0,03 L/min | 3,6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 12 | |
| Metil etil cetona | 155 ppm | NIOSH 2500 | 0,1 L/min | 12 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de anasorb 747 de 140/70 mg | 11 | |
| Álcool isobutílico | 40 ppm | NIOSH 1401 | 0,05 L/min | 6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 8 | |
| Estireno | 78 ppm | NIOSH 1501 | 0,06 L/min | 8 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 8 | |
| Dimetilamina | 8 ppm | NIOSH 2010 | 0,03 L/min | 3,6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de sílica gel de 150/75 mg | 4 | |

| | | | | | | | | | |
|-----------------|--------|---------------|-----------|------|---------|-----------------|--|---|--|
| Percloroetileno | 78 ppm | NIOSH 1003 | 0,2 L/min | 24 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 4 | |
| Etilbenzeno | 78 ppm | NIOSH 1501 | 0,2 L/min | 24 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 4 | |
| Clorobenzeno | 59 ppm | NIOSH 1003 | 0,2 L/min | 24 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de carvão ativado coconut shell charcoal, 6x70 mm, 2 seções de 50/100 mg de sorbente | 4 | |

| NOME AGENTE | Exposição NR 15 Anexo | MÉTODO | VALOR | VOLUME (M3/MO) | TEMPO DE COLETA (M3/MO) | PLANTAMENTO SUGERIDO | TIPO DE AMOSTRADOR | NÚMERO DE SERVIDORES EXPOSTOS | PEÇO |
|------------------|--------------------------|---------------|------------|-------------------|-------------------------------|---|--|-------------------------------------|------|
| | M²/h | | | | | | | | |
| Álcool etílico | 70 ppm | NORME 1140 | 0,05 L/min | 1 L | 30 min | 4 amostras consecutivas de 30 min com intervalo de 30 min entre as amostras para cobrir a extensão da ventilação | Tubo de extração fixado no conduto, 6x70 mm, 3 seções de 30/100 mm de comprimento | 152 | |
| Acetona | 70 ppm | NORME 1350 | 0,05 L/min | 2,4 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de extração fixado no conduto, 6x70 mm, 3 seções de 30/100 mm de comprimento | 110 | |
| Acetato de etila | 310 ppm | NORME 1457 | 0,05 L/min | 6 L | 120 min | 1 amostra de 2h | Tubo de extração fixado no conduto, 6x70 mm, 3 seções de 30/100 mm de comprimento | 64 | |
| | | NORME | | | | | Tubo de extração fixado no conduto, 6x70 mm, 3 seções de 30/100 mm de comprimento | | |

| | | | | | | | | |
|------------------|-----|---------------|---------|----|-------|-----------------|---------------------------------|----|
| Adesivo | 7mm | 1402 | 0,051mm | 62 | 130mm | 1 unidade de 2L | | 16 |
| Adesivo de metal | 7mm | 10055 5557 | 0,051mm | 62 | 130mm | 1 unidade de 2L | Tubo de resina 100-1 de 100V/mq | 11 |

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável técnica, jurídica e economicamente, com respaldo normativo e demonstração clara de necessidade.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO RODRIGUES NEVES

Técnico em segurança do trabalho



Assinou eletronicamente em 13/01/2026 às 13:37:35.



Documento assinado digitalmente

FABIO RODRIGUES NEVES

Data: 13/01/2026 13:44:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO II**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

(Processo Administrativo nº 23070.032777/2025-71)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx/xxxx*, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)..... E
.....

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de Goiânia-Go, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Sandramara Matias Chaves, portador da matrícula funcional nº 1127037, nomeado(a) pelo Decreto de 18 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 23070.032777/2025-71 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico nº 90051/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de *avaliação quantitativa/medição de agentes químicos*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITE | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDAD E DE | QUANTIDADE | VALOR | VALOR |
|-----|---------------|--------|----------------|------------|-------|-------|
|-----|---------------|--------|----------------|------------|-------|-------|

| M | | | MEDIDA | E | UNITÁRIO | TOTAL |
|-----|--|--|--------|---|----------|-------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 1.6. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 1.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 1.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 1.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 1.10. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 1.11. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 1.12. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

- 1.13. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 1.14. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 1.15. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 1.16. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1.17. São obrigações do CONTRATANTE:

- 1.17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.17.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.17.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 1.17.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 1.17.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.17.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 1.17.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.17.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 1.17.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 1.17.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 1.17.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 1.17.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 1.17.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 1.17.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 1.17.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 1.17.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 1.17.10.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.17.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;
- 1.17.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 1.19. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.20. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.23. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1.23.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 1.23.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 1.23.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

- 1.23.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 1.23.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 1.24. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.25. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 1.26. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 1.27. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.28.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 1.29. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 1.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 1.33. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 1.34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 1.35. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 1.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 1.37. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 1.38. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

- 1.39. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 1.40. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 1.41. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 1.42. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 1.43. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 1.43.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 1.44. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.45. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 1.46. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 1.47. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 1.48. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 1.49. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 1.50. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 1.51. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 1.52. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 1.53. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

- 1.54. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 1.55. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 1.56. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 1.57. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 1.58. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 1.59. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 1.60. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 1.61. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 1.62. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 1.62.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 1.63. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 1.64. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 1.65. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1.66. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 1.67. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

- 1.68. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 1.69. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 1.69.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
 - 1.69.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*
- 1.70. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 1.71. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 1.72. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 1.73. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 1.74. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 1.74.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 1.74.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 1.74.3. Das indenizações e multas.
- 1.75. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 1.76. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 1.76.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 1.76.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 1.77. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 1.78. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.79. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 1.80. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.81. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 1.82. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.83. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/unidade: [...];
 - II) Fonte de recursos: [...];
 - III) Programa de trabalho: [...];
 - IV) Elemento de despesa: [...]; e
 - V) Plano interno: [...]; e
 - VI) Nota de empenho: [...];
- 1.84. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 1.85. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 1.86. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 1.87. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Goiânia*, Seção Judiciária de *Goiás* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

DIRETORIA DE COMPRAS

Processo Administrativo nº 23070.032777/2025-71

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de GoiâniaGo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Sandramara Matias Chaves, portador da matrícula funcional nº 1127037, nomeado(a) pelo Decreto de 18 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2025, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23070.032777/2025-71, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *avaliação quantitativa/medição de agentes químicos*, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação* n.º 90051/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

- 4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*
- 4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
 - 4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
 - 4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*
- 4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*
- 4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*
- 4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
- 4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*
- 4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

- 4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os*

participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

- 4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem

negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

Anexo IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada a _____, Fone/Fax: _____, e-mail: _____, vem perante a Coordenação de Licitações da Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás apresentar sua proposta de preços para venda/fornecimento dos materiais/produtos objeto do Pregão Eletrônico nº 90051/2026.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Os locais e horários de prestação dos serviços serão determinados após a reunião de alinhamento.

A descrição, o valor unitário, marca, fabricante, unidade de medida, a quantidade para o item único da licitação supracitada, bem como o valor total da proposta seguem na tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | EMPRESA PRESTADORA | QUANTIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|-----------|--------------------|------------|-------------------|----------------|-------------|
| 01 | | | | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: (R\$ escrever valor (valor numérico em moeda e por extenso)). | | | | | | |

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco **Agência** **Conta -Corrente**

VALIDADE DA PROPOSTA: Esta proposta de preços tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: A execução do objeto será determinada após a reunião de alinhamento.

GARANTIA DOS BENS: será exigido a garantia legal, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1.990.

Para os fins legais de apresentação da presente proposta de preços firmo as seguintes declarações:

1 - que estou ciente de todas as condições de fornecimento e locais de entrega;

2 - que nos valores propostos para o item desta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/produtos;

3 - sob as sanções cabíveis, em observância à legislação de sustentabilidade que:

- Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Os produtos serão entregues, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas e confeccionadas a partir de produtos recicláveis, comportando o menor volume possível, e que as mesmas garantem a máxima proteção dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
- Os produtos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (restriction of certain hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
-listar outras ações sustentáveis praticadas pela Proponente, se houver.....

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR QUE ATUARÁ NA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A CONTRATANTE E ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SEI/UFG - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E QUE RECEBERÁ A NOTA DE EMPENHO, PARA A VENDA DOS PRODUTOS/BENS PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:

Nome completo: _____

E-mail do fornecedor: _____

Telefone (s) do fornecedor: _____

Endereço da Empresa: _____

Data de início das atividades da empresa no endereço atual: _____

CPF: _____

Carteira de Identidade: _____

Estado Civil: _____

Nacionalidade: _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

OBSERVAÇÃO 1: o prazo de validade da proposta pode ser maior que 90 (noventa) dias, bastando para isso o fornecedor entender que tem condições financeiras de assim o fazer.

OBSERVAÇÕES GERAIS: Outras informações pertinentes aos itens também poderão ser incluídos pelos fornecedores na proposta de preços. Após preencher o modelo de proposta e apor o timbre da empresa o fornecedor deve apagar todas as observações e orientações de preenchimento deste modelo.

LOCAL/DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(PREFERENCIALMENTE ASSINATURA DIGITAL)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SISTEMA SEI/UFG

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), no uso das atribuições disciplina os procedimentos para habilitação de cadastro de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG):

1. Entende-se por "usuários externos" as pessoas físicas, representantes de pessoa jurídica ou não, que necessitem peticionar, visualizar ou assinar documentos no SEI no âmbito da UFG e que não possuam acesso direto ao sistema.

1.1. Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:

I. Acompanhar o trâmite de processos e documentos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

II. Assinar e peticionar eletronicamente documentos de seu interesse.

1.2. O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no [Portal UFG Virtual](#).

1.2.1. O cadastro, em regra, será realizado apenas uma vez para cada pessoa física.

1.2.2. Em caso de perda de acesso ou inconsistência de dados um novo cadastro poderá ser solicitado, conforme procedimentos previstos no item 2 desta Orientação:

2. Para validação do cadastro de usuário externo no SEI-UFG o usuário deverá encaminhar ao e-mail sei@ufg.br cópia digital do Termo de Concordância e Veracidade, cópia digital de documento oficial de identificação com foto que contenha o número de CPF e, se representante de empresa, cópia da última atualização do Contrato Social da empresa que representa.

I. [O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) deve ser preenchido, datado, assinado e preservado pelo interessado.

a) o Termo de Concordância e Veracidade deve ser, preferencialmente, assinado com certificado digital padrão ICP-Brasil e passível de validação no verificador de conformidade do padrão de assinatura digital ICP-Brasil;

b) na impossibilidade de atendimento do item a, o usuário deverá assinar o Termo de Concordância e Veracidade, digitalizá-lo e utilizar conta de e-mail institucional de sua empresa ou instituição à qual esteja vinculado para o envio à UFG.

c) na impossibilidade de atendimento dos itens a ou b, o usuário deverá enviar além do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente

assinado, a imagem pessoal digital (fotografia) com documento de identificação oficial com foto em mãos de forma a complementar a certificação de identidade do usuário.

II. O documento de identificação oficial com foto deve conter o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, se estrangeiro, Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

III. A cópia do Contrato Social ou Alteração Contratual deve ser atualizada e deve acompanhar os demais documentos quando se tratar de representante de empresa.

a) Os documentos listados nos incisos I, II e III devem ser enviados, preferencialmente, como cópias digitais coloridas.

3. O recebimento da documentação ficará registrado em processo no SEI:

3.1. O processo será iniciado com o assunto: "Informática: Cadastro de usuários externos no SEI";

3.2. Os documentos listados no item 02 serão inseridos no processo como documentos externos juntamente com a cópia do e-mail enviado pelo interessado;

3.3. O interessado será comunicado por e-mail e o processo deverá ser concluído na unidade;

3.4. Cabe ao Cidarq a instrução do processo e a validação do cadastro de usuário externo.

4. A UFG poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar para efetivação da validação do cadastro, assim como requisitar a apresentação de originais ou cópias autenticadas em cartório, definindo um prazo para o atendimento da solicitação, quando os documentos não forem suficientes para comprovação de identificação do usuário.

4.1. O credenciamento de usuário externo será indeferido ou desativado no descumprimento das exigências de apresentação de documentação solicitada pela UFG;

4.2. O cadastro de usuário externo será efetivado apenas após a apresentação dos documentos requeridos, sendo eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na entrega da documentação de inteira responsabilidade do usuário.

4.3. Digitalizações que estejam ilegíveis serão desconsideradas e o usuário será contatado para providenciar novo envio da documentação.

5. Ao obter credenciamento o usuário externo aceita incondicionalmente os termos e condições que regem o processo eletrônico e o sistema SEI e assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso do login e senha, que lhe são exclusivos, bem como pelo uso indevido do sistema.

6. Havendo suspeita de fraude no cadastro de usuário externo, assim como no uso do sistema por parte do mesmo e/ou de terceiros, o servidor que tiver conhecimento deverá comunicar às autoridades competentes para que seja instaurado procedimento investigativo para apuração dos fatos.

6.1. A instauração de procedimentos investigativos por parte de outros Órgãos não isenta a UFG da responsabilidade de apurar os fatos internamente, na instância administrativa, e de adotar ações para que os mesmos não voltem a se repetir.

7. Situações não previstas ou dúvidas referentes aos procedimentos para o cadastro externo de usuário do SEI serão dirimidas pelo Cidarq através dos telefones (62) 3521-1089/1041/1056 ou através do e-mail sei@ufg.br.